

# PODER LOCAL REPRODUÇÃO OU INOVAÇÃO

ISABEL PIMENTEL GUERRA\*

Este texto pretende reflectir sobre uma entidade que, tomando corpo recente nos discursos e actos políticos, aparece, no entanto, camuflada numa estreita racionalidade legal e política — o poder local.

O cenário em que se move esta reflexão constata, por um lado, a incapacidade dos quadros conceptuais actuais em identificarem a racionalidade substancial em que assenta esse «poder local» e, por outro, a existência dum corpo de políticos e profissionais, de vária ordem e formação, que intervêm ao nível local (1).

Assim, balançando-se entre a tentativa de «localizar o social» e de «socializar o local» a interrogação central deste texto é a de entender, na conjuntura actual, a articulação entre os diferentes aparelhos de Estado, os municípios e a sua base social, as instituições locais e a população de forma a vislumbrar as capacidades em definir «projectos alternativos locais».

## 1 — DA CONCEPÇÃO DE ESTADO MONOLÍTICO À DIVERSIDADE DAS CONDIÇÕES ACTUAIS DE PRODUÇÃO DO PODER

Curiosamente, apesar da sua acção ser tão central e visível, a preocupação em torno da problemática do Estado é relativamente recente. Só

\* Docente do ISCTE e investigadora do CIES

nos anos sessenta se começa a desenvolver uma teoria crítica sobre o Estado, sobretudo de raízes marxistas, que ultrapassa a fase descritiva e menos crítica do período anterior.

Três aspectos parecem ter sido determinantes nesta renovação da reflexão sobre o Estado, cuja influência condicionou decisivamente as orientações da investigação e explicam o carácter contraditório, pelo menos aparente, que se observa hoje nas discussões sobre o tema. Um primeiro factor releva do crescimento do próprio aparelho de Estado, das funções que sucessivamente vem cumprindo, assim como das diferentes relações que vai estabelecendo no seu interior e com o «sector privado». As consequências deste crescimento e intervenção na vida económico-social são variadas e de extrema importância: — a função das diferentes instituições públicas na manutenção da hegemonia ideológica modificaram-se e determinaram inúmeras consequências no desenvolvimento da consciência de classe; a crescente internacionalização do capital modificou o contexto no qual se aplicavam medidas económico-sociais; a estrutura da força de trabalho e a relação entre as classes alteraram-se com o crescimento do sector dos «serviços públicos»; o jogo de interesses dos diferentes sectores do capital e das diversas classes sociais na determinação das políticas internas e externas vai exigindo a «autonomia» do Estado como garante para a manutenção do sistema como uma totalidade.

Em segundo lugar, a problemática crítica do Estado surge a partir do reconhecimento de que os clássicos do marxismo — Marx e Engels — não tinham elaborado uma teoria sistemática e claramente formulada sobre o papel do Estado e que não seria possível agora repensá-la à luz dos seus escritos, dada a mudança histórica que se tinha processado. Acrescente-se que a própria luta política e sindical e a re-orientação dos movimentos de esquerda re-colocavam e fortaleciam a necessidade de problematizar a natureza do Estado.

Um último elemento que influenciou o re-colocar do problema foram os trabalhos sobre a natureza de classe de sociedades socialistas e em particular o debate sobre o carácter da sociedade e da economia na URSS. A interrogação surgia do confronto entre a concepção de Lenine do Estado soviético como instrumento da «ditadura do proletariado» e como instituição política de carácter provisório e uma praxis política que sacralizava a administração e a transformava em centro de toda a realidade histórica.

Parece evidente que tão complexa problemática não iria dar lugar a grandes consensos, nem permitiria o aprofundamento simultâneo em todas as áreas.

Os trabalhos irão sobretudo incidir em dois aspectos básicos:

- a problemática da natureza de classe do Estado,
- a referência aos limites inerentes à manipulação ou administração da crise por parte do Estado.

A primeira questão coloca no centro da atenção a capacidade estatal para assegurar a produção e realização da mais-valia: ou seja, se o Estado age ao serviço de uma classe dominante poderá ser uma instituição neutral que pode ser utilizada a favor do interesse geral de uma sociedade?

A segunda questão centra-se sobretudo no exame dos recursos e estratégias que o Estado dispõe na sua tarefa central de controle e canalização da crise, ou seja, investiga a natureza e incidência dos meios fiscais, racionalidade administrativa, legitimação social, etc.

No entanto a significativa e interessante bibliografia produzida durante os anos 60 e 70 sobre a problemática do Estado se possibilitam já considerá-lo como dotado de «autonomia relativa» (2) no interior da lógica do sistema social e, portanto, embora manejado pelas classes dominantes, sujeito a entrecruzamentos de poder que o não permitem apresentar-se como um aparelho homogêneo e monolítico, não são, no entanto, suficientes para entender a especificidade do «poder local». Dito de outra forma, o que hoje se interroga é se a crise actual, transformando as condições económico-sociais e políticas, não activa novas estruturas das relações sociais e alianças de classe na reorientação de estratégias das forças sociais e políticas do Estado e nesse caso não obriga ao re-equacionar das relações entre economia, sociedade e espaço no contexto social local.

## 2 – PODER LOCAL – PRÁTICA OU IDEOLOGIA? À PROCURA DA ESPECIFICIDADE DO PODER LOCAL

A polémica em torno do «poder local» é, ainda hoje, profundamente ideológica e não vem conseguindo um consenso, mas antes extremando posições.

Se todos aceitam que a sua origem deriva da própria crise da organização estatal contemporânea e da debilitação das organizações políticas tradicionais que provocaram uma situação, de que dificilmente se poderá sair sem estruturar as bases em que assenta o poder político, a função e natureza do «poder local» é factor de divergências. Para uns o «poder local» limita-se a ser um órgão de dispersão das contradições, re-criando uma nova forma de divisão do trabalho político, gerada pela complexidade crescente das funções do aparelho de Estado central. Para outros ele é, ou pelo menos poderá vir a ser, um instrumento fundamental para re-problematizar o pensamento político, ensaiar novas experiências de desenvolvimento e novas responsabilidades de democratização.

Todos estão, no entanto, de acordo ao considerar o campo político local com valor estratégico de intervenção, lugar privilegiado dum certo número de conflitos e contradições no nosso tipo de sociedade.

Esta polémica vem centrar-se no conceito de «poder local» que fun-

ciona como entidade per si, servindo para designar uma área relativamente vasta, e nem sempre identificável, de convergências e interferências entre estruturas, forças e actores que remetem, por um lado para a sociedade e, por outro, para o espaço onde essa sociedade existe.

No cerne da tentativa de identificar a especificidade do «poder local» parecem encontrar-se duas problemáticas, intimamente articuladas:

- a relação produção-consumo no seio da divisão social do trabalho político entre o Estado central e local;
- a base social territorial, que assegura a legitimidade sócio-política dos aparelhos locais e a sua «autonomia relativa».

### **A divisão social do trabalho político — os Municípios contra o Estado**

A perspectiva de Offe e de O'Connor, ao considerar que o Estado, querendo agir em função dos interesses do capital como um todo e, simultaneamente, garantir as condições de coesão social, remete para o papel ambivalente, se não contraditório, da intervenção do Estado no capitalismo tardio.

Assegurando «políticas de produção» e «políticas de redistribuição» ou funções de «acumulação» e de «legitimação» o poder político encontra-se preso numa trama complexa de relações contraditórias que exige, não só a sua contínua reformulação e complexificação crescente, como também a dispersão dessas contradições por entre os seus diversos aparelhos.

Há que abandonar definitivamente uma imagem do Estado como dispositivo unitário, fundado sobre uma repartição hierárquica e homogénea dos centros de poder. Sendo uma «condensação material» de uma relação de forças, ele é também um processo estratégico, em que se entrecruzam redes de poder que articulam e apresentam contradições internas e externas ao próprio aparelho.

A complexidade crescente da organização social torna difícil ao capital assegurar o papel tradicional de regulação dos conflitos. A dispersão das contradições, ao nível dos vários aparelhos públicos é, assim, simultaneamente económica e política. Económica porque, cada vez mais, são separadas as funções planificação/intervenção em termos da esfera da produção, que competem ao aparelho central, e as funções na esfera do consumo ou reprodução que são sucessivamente remetidas para o aparelho local. Política porque o centralismo do poder da fase do capitalismo monopolista de Estado é re-organizado com a entrada no processo político ao nível local, fruto da própria relação de forças gerada pelas contradições económicas, a novos grupos e classes sociais que reivindicam hoje novos espaços de intervenção política.

Em síntese, o «poder local» assenta, hoje, cada vez mais, do ponto de vista económico, na divisão social do trabalho político, competindo-lhe a esfera da reprodução social e, do ponto de vista político, no re-arranjo local das «classes sociais locais» que encontram, a esse nível, espaços de poder, expressão de interesses consideráveis.

O facto de competir, cada vez mais, às autarquias a concretização das condições gerais de reprodução social, tem geralmente provocado a minimização do seu papel político face às questões básicas de alteração de uma sociedade, dado que, o aparelho central mantém as funções de reprodução do processo de acumulação capitalista, mais essenciais à mudança.

No entanto, deverão considerar-se dois factores: por um lado, a interdependência entre as relações de produção e de consumo e, por outro, o papel crescente e estratégico da reprodução social.

Em relação ao primeiro aspecto é importante não esquecer que, para além da diversidade de funções e estratégias dos vários aparelhos públicos, o Estado, ou melhor, o aparelho político só encontra a sua lógica no todo, como aparelho, e na sua especificidade como «instância» na interacção com as outras instâncias sociais. Para além das diversidades, a unidade interna ao aparelho de Estado encontra-se na «coerência relativa» que advém do seu controle, pelas classes dominantes, que definem os seus parâmetros de acção, delimitam os seus objectivos e reprimem ou causam os desvios. Neste sentido, produção e consumo são duas faces da mesma moeda, tal como acumulação e legitimação se encontram presas na lógica intrínseca que as une.

Por outro lado, parece cada vez menos útil minorizar o papel das autarquias devido ao facto de lhes escapar do controle os meios necessários à inversão do modo capitalista de produção: a esfera da acumulação e propriedade privada dos meios de produção. De facto, a produção de bens tornou-se cada vez menos relevante, comparativamente com a produção de serviços e outras actividades que ficavam outrora fora do ciclo da produção de bens, no sentido restrito. E se muitos desses serviços (marketing, supervisão, pesquisa técnica, etc.) estão a cargo da iniciativa privada, cada vez mais serviços essenciais aos processos produtivo estão a cargo das instâncias públicas (nomeadamente todos os serviços tradicionais do «well-fare state» — saúde, educação, habitação e outros —, pesquisa, contactos internacionais, etc.)

Acrescente-se que a transformação das estruturas produtivas, nos últimos vinte anos, tem feito recair sobre o Estado um número cada vez mais elevado de população — crianças, jovens, desempregados, doentes, inválidos, etc. Para estes as actividades sociais de reprodução social são centrais e o seu número crescente, bem como a diversidade das situações acolhidas, levantam novas e importantes contradições.

Há mesmo quem tente provar que o eixo essencial das contradições na sociedade moderna está progressivamente mudando da esfera das

relações económicas de produção para a esfera social das complexas relações de reprodução.

Neste sentido, a divisão social do trabalho político entre os diferentes aparelhos públicos, ao remeter para o nível local as actividades de reprodução da formação social, descentraliza também a «crise fiscal» inerente às contradições das funções do Estado.

Esta situação pode explicar parte das oposições entre Municípios e Governo, mesmo quando ambos se encontram no interior da mesma orientação política. De facto, nesta dimensão de análise, os Municípios estão contra o Estado dado que eles encontram a especificidade do seu próprio poder na distribuição de excedentes sociais, que não controlam.

A dispersão das contradições e a diversidade das situações sócio-económicas locais contribuem para importantes clivagens no seio da administração como um todo:

- incoerência nas políticas governamentais através de lutas internas entre os sub-aparelhos, burocracias e interesses;
- ausência de uma estratégia articulada a longo prazo, coerente com os interesses do «bloco no poder»;
- falta de um projecto político-ideológico global;
- criação de contradições internas na administração, polarizando-as politicamente e ampliando-as publicamente;
- oposição Municípios-Governo central, numa multiplicidade de domínios: político-jurídicos, económicos, culturais, etc.

#### A conflitualidade local — — a legitimidade sócio-política do aparelho administrativo local

O poder local, não sendo livre e estando preso a um sistema complexo de poderes, só conquistará a posição de sujeito se construir a sua própria coerência, que o autonomize como poder activo, por meio da sua acção política.

A conquista duma identidade sócio-política própria tenta encontrar a sua força em dois fundamentos básicos: a especificidade territorial das necessidades, aspirações e identidades e a organização duma base de apoio das «classes sociais locais».

As especificidades territoriais locais, sobretudo num país como Portugal marcado por profundas assimetrias, encontra rapidamente um eco simbólico e/ou real nas reivindicações quotidianamente conhecidas através dos mass media. Ultrapassando a coloração político-partidária, todo o município se sente defraudado nas suas expectativas locais, face a um Estado uniformizado, homogéneo, com respostas estereotipadas e com uma distribuição hierárquica de investimentos, pensada em termos duma

lógica e estratégia global, nunca coincidente com a forma como os interesses locais são expressos e/ou hierarquizados.

Se é um facto, por um lado, que este imaginário da identidade local funciona, mascarando num consenso um enraizamento tão profundamente desigual, também é real que, ao nível local, há fortes consensos interclassistas.

É neste sentido que se abre o debate sobre as «classes sociais locais». O aparelho teórico, permitindo uma análise das classes sociais, é geralmente aplicado à formação social, no seu conjunto.

A aproximação localizada da análise das classes não tem sido senão uma projecção das contradições que afectam a sociedade global sobre um espaço determinado.

Ao colocarmos uma análise sócio-histórica numa localidade, desvenda-se uma situação mais complexa, não redutível à simples inscrição local dos fenómenos gerais. Surge uma multiplicidade de grupos sociais com histórias próprias — vagas migratórias, períodos de crescimento, empresas ou famílias tradicionalmente dominantes, clientelas apoiadas na propriedade fundiária ou na agricultura, etc.

A questão central é a seguinte; se as classes sociais têm uma realidade na sociedade global (podem identificar-se os seus aparelhos, a sua ideologia e práticas) eles devem localmente constituir conjuntos que têm um funcionamento como classe, como por exemplo, existir politicamente, defendendo estratégias para a localidade.

O esclarecimento desta problemática poderá elucidar a base real do poder local na sua especificidade, a relação com o contexto nacional ou seja, re-interpretar o conceito de classes sociais, a um nível mais fino de análise.

Não se trata de opôr à teoria das classes sociais uma aproximação empirista dos grupos sociais, mas atravessar essa análise, re-interpretando o lugar dos grupos sociais locais no próprio funcionamento das classes.

A linha metodológica a prosseguir estaria na articulação da relação interesses locais (económicos, mas não só) e funcionamento sócio-político.

Vergês que se propõe desenvolver uma linha de pesquisa semelhante distingue por exemplo, três diferentes tipos de empresas na sua relação com o local. Para as primeiras, os interesses económicos locais não têm grande sentido senão inseridas numa estratégia global dos grupos ou sectores às quais pertencem as empresas (as firmas multinacionais encontram-se neste primeiro grupo). Para as segundas, a economia local e o ambiente industrial são o quadro determinante do seu funcionamento, mas consideram também o espaço económico que ultrapassa a localidade (recrutamento de pessoal, mercado exterior, etc.). Os últimos vêem a sua actividade económica praticamente determinada pela localidade (mercado por exemplo) ou pelos seus arredores (o pequeno comer-

cio, os serviços pessoais, algumas empresas de construção civil localizadas, etc.).

Este tipo de empresas têm modos de gestão e recrutamento de pessoal diferentes, desenvolvendo relações ao nível da produção específica e movimentam interesses políticos locais diferentes.

Neste cruzamento entre uma definição societal de classes e a identificação de grupos de interesse locais emerge uma complexificação acessória, que, ultrapassando a esfera específica da produção, remete agora para a posse e uso da propriedade urbana. Estamos na inter-relação entre o conceito marxista de classes (definido na posição face aos meios de produção) e a concepção weberiana (referida à situação face ao mercado).

Não se trata apenas da aplicação do conceito de «classes de habitação» dos neo-weberianos ingleses (Rex e Moore e posteriormente Ray Pahl), conceito aliás de aplicação nacional, mas de clarificação dos diferentes agentes e interventores ao nível da propriedade urbana na especificidade das situações e aliança locais.

A clarificação destas questões determinará a constituição de grupos sociais locais, no interior das classes sociais.

A análise da actividade social e política desses grupos constitui-se por um lado, na diferenciação das posições económico-políticas e por outro, na recomposição dos grupos sociais locais, com vista à obtenção de determinados lugares nas relações de força locais.

Este fenómeno de «recomposição» recobre uma dupla dimensão: o da constituição de fracções de classes sociais e o das alianças entre essas fracções, para se constituírem grupos dominantes ou de pressão.

Esta recomposição que resulta do par — actividade económica (ao nível da produção, circulação ou reprodução)/funcionamento sócio-político — recebe sentido, em grande parte, na história política local.

As características morfológicas, sociais, económicas e culturais, ligadas à história da localidade, podem servir para produzir modelos próprios, que entram em conflito com os que são defendidos por grupos mais «modernistas», mais recentemente implantados, ou mais próximos dos grupos dominantes ao nível da formação social.

Neste sentido, o conflito entre grupos sociais localizados devem ser referidos quer à história local quer às outras determinações sociais.

A definição do difícil conceito de «classe média», de grande eficácia política mas actualmente de complexa utilização sociológica, é exemplar.

Defendia-se que o «poder local» era ocupado sucessivamente pelas «classes médias» desapossadas dos seus anteriores aparelhos políticos a nível central, e pela grande e média burguesia monopolista. O aspecto local da recomposição da «classe média» parece central. Não se constituindo como a classe operária é levada a definir-se através de um con-

junto de signos distintivos, de práticas sociais e culturais muitas delas, de cariz local.

Este cruzamento da análise das classes sociais com a análise das «classes» e grupos locais, na sua heterogeneidade e na definição das situações locais precisas, permitirá encarar de outra forma o campo político local e a sua capacidade e possibilidade de definir estratégias de acção.

### 3 — QUE FAZER?

O repensar da acção política local não é tarefa da academia, no isolamento dos gabinetes a que está votada, mas fruto dum esforço colectivo de entendimento das suas bases sociais, da especificidade das tarefas que se propõe concretizar no quadro das alterações estruturais que a sociedade em geral, e a sociedade portuguesa em particular, atravessam nesta última década.

Reconhecendo o campo político local como um campo de valor estratégico, face a inovações sociais a ensaiar e como campo privilegiado dum certo número de conflitos e contradições da sociedade actual, há ainda que reconhecer que não se dispõe, de momento, de uma «regra de jogo» de política local, definida.

As características da situação apontam, actualmente, para a necessidade de analisar a multiplicidade das contradições que afectam esse campo político e a incerteza das «regras do jogo».

Como repensar um projecto político com base num território? Será o território local campo de aplicações sócio-políticas novas, emergência de novos conceitos e práticas? Como reconhecer e hierarquizar necessidades dum campo de forças inter-classistas por definição, cujos «ruidos» e contradições nem sempre são evidentes? Como abandonar o muro das lamentações em torno do «roubo das finanças locais» e da «crise fiscal» em prol duma afirmação positiva dum poder real?

Algumas reflexões preliminares, que se prendem com a natureza do poder local naquilo que parece ser a sua especificidade — o competir-lhe dentro da divisão social do trabalho político as funções de reprodução social na especificidade das características sócio-políticas do seu território — poderão relançar a discussão.

Um primeiro elemento remete para a acção do Município face às relações de reprodução social. Se compete ao Município agir face aos meios de reprodução social é urgente reequacionar quais os seus limites e vantagens e definir estratégias que elejam terrenos de ruptura, em termos políticos e técnicos.

Não estão necessariamente na mesma ordem de prioridades todos os equipamentos e, para além do seu valor de uso, torna-se necessário repensar o seu valor social.

Não se trata apenas de um serviço para a «população», trata-se sobretudo, na ocasião dessa repartição de valor, modificar o possível sentido desse valor e portanto, da relações que os utilizadores irão ter com os próprios bens ou serviços.

Estimular uma experiência pedagógica inovadora, renovar o centro da cidade, aprovar um novo equipamento de saúde, estimular o emprego, etc., pode ser substituir uma racionalidade por outra, ultrapassando a simples satisfação das necessidades e transformando as relações dos indivíduos com o uso social dos equipamentos e serviços.

Um segundo elemento reside na recusa do desencanto perante a impotência ou a banalidade da repetição, questionando as finalidades e os fundamentos do seu próprio poder.

Politizando a acção pública, recusando a tecnocracia «manga de alpaca», o poder local ao fazer a reproblemática dos fundamentos do poder, recusa-se a si próprio como poder absoluto, repartindo e estimulando a clarificação dos processos e aparelhos de decisão.

Aqui, a participação (palavra maldita dos sociólogos dos anos 70) adquire novo significado. Não se operacionaliza uma política, politiza-se uma política procurando, no mesmo movimento, reproduzir uma outra relação social, outra relação de poder.

Controlando, na medida do possível, os meios de produção da reprodução das relações sociais e recriando novas relações de poder — condições de uma mudança dialéctica das relações de uso de uma população com os equipamentos, bens e serviços da cidade — poderá revitalizar-se acrescentando à preocupação duma nova forma de produzir a cidade, a preocupação sobre uma forma de «consumir» a cidade.

Neste sentido, a animação cultural no sentido tradicional do termo é puro entretenimento. Trata-se, antes, de tentar transformar as relações de uso da cidade, na própria cidade.

Mas poder-se-á introduzir uma mudança de relações e valores face a objectos, bens e serviços, sem introduzir uma mudança de relações face ao poder e face à esfera económica? Poder-se-ão modificar relações sociais, sem se alterar os modos de produção dessas relações sociais?

E se provavelmente a resposta é negativa, dever-se-á, no entanto estar atento e intervir, quanto possível, na mudança das relações de produção. Mas aquilo que aqui se chama a atenção, é que as relações sociais na cidade não são tributárias somente das relações de produção. A especificidade da acção face às relações sociais (educação, saúde, transportes, cultura, etc.) não deve ser minimizada e, intervir activamente nos meios de reprodução, é assegurar também, alguma hegemonia.

Um último elemento de reflexão apela ao reequacionamento daquilo que se tem denominado «projecto político local».

Na situação portuguesa, a excessiva partidarização da sociedade arrasta consigo um factor complementar de dificuldade à criação de uma identidade própria, à acção do aparelho político local, na medida em que

se baseiam as candidaturas aos municípios, exclusivamente, nos partidos políticos, e estes tendem a repetir modelos políticos de carácter genérico e nacional.

O poder da instituição municipal distingue-se do poder de uma organização política por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, o seu fundamento não é a defesa de uma classe, embora apoiada por esta ou aquela classe ao nível local, mas um território que é interclassista por definição, sujeito a regras próprias de identidade, necessidades e conflitualidades dentro do contexto nacional. Em segundo lugar, o objecto do poder municipal não é nem o reforço do aparelho central, nem a «tomada do poder» desse aparelho, mas a distanciação face a ele, de forma a autonomizar-se em nome da especificidade económica, social, cultural e histórica do seu território particular.

Face a estas diferenças, as formas, conteúdos e estratégias de um projecto político local não podem decorrer, linearmente, do projecto de acção de uma qualquer organização político-partidária. Não que esse projecto de acção local não seja político, é-o por excelência, mas questiona os conceitos tradicionais de política nos moldes das «organizações políticas», reterritorializando a política, o que parece exigir novas definições da acção política, agora no campo estratégico municipal.

## NOTAS

(1) É de referir que o presente texto foi organizado para a comunicação no Seminário de Formação de Animadores Culturais, CES/ISCTE, Fevereiro a Abril, 1985.

(2) A noção de «autonomia relativa» do Estado parece requerer maior desenvolvimento teórico dado o não consenso da sua utilização por exemplo entre os neo-marxistas. A sua utilização surge hoje articulada com o entendimento dum «interesse emergente» do Estado em lugar de visualizá-lo como puro reflexo da burguesia. A análise dum interesse próprio do Estado não se encontra desenvolvido na teoria marxista mas poderá ser retomado à luz das contribuições de autores como Offe e O'Connor.

## BIBLIOGRAFIA

- BOAVENTURA, S. Santos (1982), «Estado, Direito e questão urbana», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 9, Junho
- BECQUART-LECLERQ, Jeanne (1976), *Paradoxes du pouvoir local*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques
- DULONG, Renaud (1978), *Les régions, l'Etat et la société locale*, Paris, PUF
- HARLOE, Michael, LEBAS, Elizabeth, editores (1981), *City, class and capital — new developments in the political economy of cities and regions*, Londres, E. Arnold
- O'CONNOR, J. (1973), *The fiscal crisis of the state*, Nova York, St. Martin's Press
- SONNTAG, Heinz Rudolf, VALECILLOS, Hector, editores (1979), *El Estado en el capitalismo contemporáneo*, Espanha, Siglo XXI, 2.ª edição
- VÁRIOS (1977), *Espaces et Sociétés*, Março-Junho, Paris, Anthropos
- VERGÈS, Pierre (1983), «Approche des classes sociales dans l'analyse localisée», *Sociologie du Travail*, n.º 2-83, p. 226-256